

DTBo537 - DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO I
PROF. ESTÊVÃO MALLET

Prova prática OAB

Apresentação por BRENA KÉSSIA SIMPLÍCIO DO BOMFIM
Doutoranda em Direito e Processo Contemporâneo do Trabalho
pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito
Constitucional e Especialista em Direito e Processo do Trabalho
pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Coordenadora da Pós
UNIFOR. Advogada.

Prova prática - média histórica das notas atribuídas aos candidatos no exame da 2ª fase da OAB:

Entre 3,5 e 4,5 pontos.

Nota para aprovação no exame:

6,0 pontos.

DADOS: OAB/FGV

Prova prática

Composição:

01 PEÇA PROCESSUAL

Denominada peça prática profissional valendo 5,0 (cinco) pontos.

04 QUESTÕES DISCURSIVAS

Cada questão subjetiva valerá 1,25 (um vírgula vinte e cinco) pontos.



Prova prática

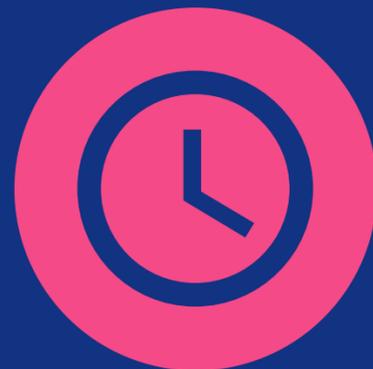
Aspectos formais:

- 5 (cinco) horas de prova;
- Pontuação final mínima de 6,0 pontos para aprovação;
- A prova deverá ser realizada com letra legível, com caneta esferográfica tinta azul ou preta.
- De preferência, utilizar linguagem clara, concisa, técnica, bem fundamentada, e objetiva.
- Cuidado, pois a mera transcrição de dispositivos legais, desprovida do raciocínio jurídico, não ensejará pontuação.



APROVEITAMENTO

Dicas para máximo aproveitamento na 2ª etapa:



TEMPO DE PROVA:

- Esqueça rasculho;
- Elabore, no máximo, uma minuta ou esqueleto de peça.



CONHEÇA SEU MATERIAL:

- Manuseie e adapte-se ao material de pesquisa (*vade mecum*);
- Conheça as restrições à marcações do código.



RESOLVA PEÇAS E PRATIQUE QUESTÕES:

- Resolva o maior número de provas anteriores.



MINUTA OU ESQUELETO DE PROVA:

FUNÇÃO:

Elencar os elementos para o bom desempenho da peça prática profissional em qualquer área escolhida.

COMO MONTAR:

- 1) Identificação da peça e seus elementos;
- 2) Delimitação de tópicos.

1) IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA E SEUS ELEMENTOS:

Leia o enunciado com calma e determine qual a solução processual mais apropriada. Após a identificação da peça, disponha em seu rascunho de prova os seguintes elementos:



PEÇA CABÍVEL:

Petição inicial, contestação, recurso...



JUÍZO A ENDEREÇAR

Endereçamento ou, em caso de recurso, identificar juízo prolator da decisão e revisor.



IDENTIFICAR PARTES:

Autor/Réu em caso de peças inaugurais; Recorrente/Recorrido em caso de peças recursais,



FUNDAMENTO LEGAL:

Buscar no ordenamento jurídico a previsão legal da peça cabível.

2) DELIMITAÇÃO DE TÓPICOS:

Sugere-se que cada tópico contenha 3 pontos: **tese defendida, fundamentação legal e conclusão**. É razoável organizar o texto em um ou dois parágrafos para cada tópico.



1

PRELIMINARES:

São as imperfeições formais a serem sanadas antes do ingresso na matéria de mérito.

Exemplo: TESE - Legitimidade para percepção de créditos trabalhistas de empregado falecido; FUNDAMENTO: art. 1º da Lei nº 6.858/80; CONCLUSÃO: não aplicação do rol do art. 1.829 do Código Civil (sucessores legítimos).



2

MÉRITO:

Refere-se às matérias ditas de direito material controvertido propriamente ditas.

Exemplo: TESE - extinção jornada in itinere pela reforma trabalhista; FUNDAMENTAÇÃO: art. 458, par. 2º da CLT; CONCLUSÃO: indevidas as horas in itinere.

SOLUÇÃO DAS QUESTÕES PRÁTICAS:

As questões são relativamente simples. Sabendo manusear bem o *vade mecum*, bem como utilizar o índice remissivo, o êxito é quase certo.

ATENÇÃO:

- 1) Indicar, obrigatoriamente, a qual item do enunciado se refere cada parte de sua resposta "A)", "B)", "C)", sob pena de receber nota zero.
- 2) Apesar de com a simples leitura do texto da lei ser possível responder a maioria das questões, é necessário construir um raciocínio jurídico, além da indicação do dispositivo legal.





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL XXVIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

“O gabarito preliminar da prova práctico-profissional corresponde apenas a uma expectativa, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo.”

Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1

EXERCÍCIO ÚLTIMA AULA:

- Questões subjetivas
XXVIII EXAME DE
ORDEM UNIFICADO
(aplicado em
05/05/2019).

Ferdinando, brasileiro, toquista em uma empresa multinacional havia 22 anos. O empregador, desejando reduzir custos, lançou, em outubro de 2018, um programa de demissão voluntária, com base em um acordo coletivo assinado com o sindicato de classe dos empregados. O programa previa, para o tempo trabalhado, a indenização adicional devida a Ferdinando era generosa. Apesar de a família, ele aderiu ao PDV em questão, sem lançar ressalvas.

Com base no caso apresentado, responda aos itens a seguir.

Quando ajuizasse ação pleiteando horas extras após aderir ao PDV e receber indenização, Ferdinando poderia alegar, como tese jurídica, a nulidade do acordo coletivo? Justifique sua resposta, que tese jurídica você, contratado pela empresa para defendê-la em juízo, apresentaria? (Valor: 0,65)

Questão 1:

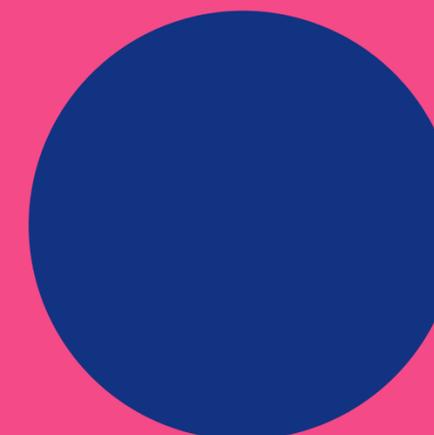
Ferdinando era estoquista em uma empresa multinacional havia 22 anos. O empregador, desejoso de reduzir seu quadro de funcionários, lançou, em outubro de 2018, um programa de demissão voluntária, com regras claras e objetivas, fixadas em acordo coletivo assinado com o sindicato de classe dos empregados.

Diante do longo tempo trabalhado, a indenização adicional devida a Ferdinando era generosa. Assim, após refletir e conversar com sua família, ele aderiu ao PDV em questão, sem lançar ressalvas.

Diante da situação apresentada, responda aos itens a seguir.

A) Caso Ferdinando ajuizasse ação pleiteando horas extras após aderir ao PDV e receber a indenização correspondente, que tese jurídica você, contratado pela empresa para defendê-la em juízo, advogaria na contestação? (Valor: 0,65)

B) Se, em vez de aderir ao PDV, o contrato fosse extinto por acordo entre empregado e empregador, Ferdinando teria direito a receber o seguro-desemprego? Justifique. (Valor: 0,60)



Questão 1: padrão de resposta

ITEM A

A adesão ao PDV sem que exista ressalva confere quitação plena e irrevogável em relação a todos os direitos decorrentes da relação empregatícia, na forma do **Art. 477-B da CLT.**

ITEM B

Não haveria direito ao seguro desemprego em virtude de vedação legal, conforme previsto no **Art. 484-A, § 2º, da CLT.**

Questão 2:

Carlos, como dirigente sindical, vinha representando ativamente os empregados de uma sociedade empresária na unidade situada em Porto Alegre/RS.

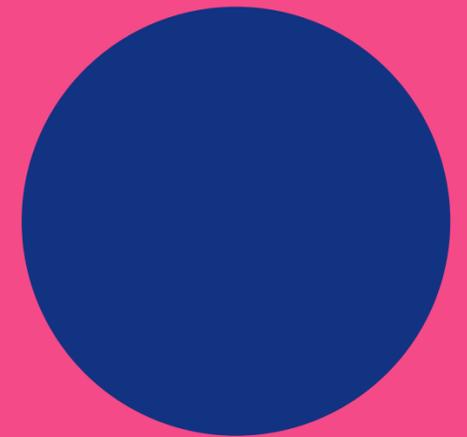
No entanto, para sua surpresa, recebeu um comunicado da empresa determinando sua transferência para a unidade de Porto Velho/Rondônia. No comunicado constava que a empresa pagaria apenas o transporte de ida e volta, bem como a moradia em hotel local. O trabalho em Rondônia duraria cerca de 6 meses e seriam mantidos o mesmo salário e a mesma composição remuneratória que ele recebia em Porto Alegre. A mudança deveria ocorrer em 15 dias.

Carlos procura você, como advogado(a), para uma consulta. Observando o texto da CLT, responda aos itens a seguir.

A) Que medida judicial prevista expressamente na CLT deverá ser adotada a fim de, imediatamente, evitar a transferência de Carlos?

Fundamente. (Valor: 0,65)

B) Caso ocorra a transferência, Carlos terá algum direito trabalhista a reivindicar? Fundamente. (Valor: 0,60)



Questão 2: padrão de resposta

ITEM A

Deverá ser ajuizada ação trabalhista com pedido de tutela de urgência a fim de sustar a transferência, na forma do **Art. 659, inciso IX, da CLT.**

ITEM B

Deverá ser requerido adicional de transferência, na forma do **Art. 469, § 3o, da CLT.**

Questão 3:

Gustavo era empregado de uma empresa, quando adoeceu gravemente. Afastado e em gozo de benefício previdenciário, o INSS o aposentou por invalidez. Contudo, dois anos após sua aposentadoria por invalidez, foi constatado, em perícia do respectivo órgão, que Gustavo havia recuperado sua capacidade de trabalho, estando curado, razão pela qual houve o retorno à função que ocupava antes do afastamento.

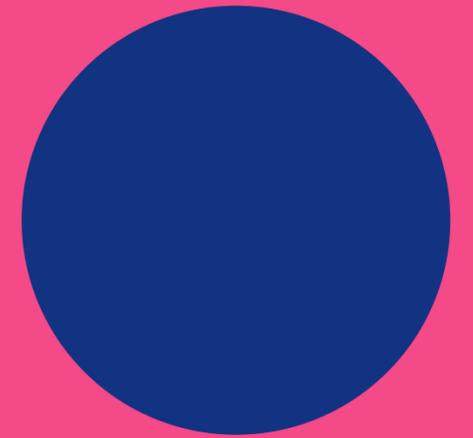
Ocorre que, nesse ínterim, com cláusula expressa em contrato de trabalho dispondo que a contratação se dava em função da aposentadoria por invalidez de Gustavo, a qual poderia ser temporária, a empresa contratou Aroldo para as funções exercidas por Gustavo, tendo esclarecido acerca da interinidade do contrato.

Com o retorno de Gustavo, Aroldo foi dispensado sem que lhe fosse paga qualquer indenização. Em razão disso, Aroldo ajuizou ação trabalhista em face da empresa, pleiteando indenização.

A) Você foi contratado(a) para contestar o pedido de Aroldo. O que deverá alegar?

Fundamente. (Valor: 0,65)

B) Admitindo que o juiz tenha julgado procedente o pedido de Aroldo e que a decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho após recurso, mantida inalterada após a oposição de embargos de declaração, que medida jurídica você poderá adotar para defender a empresa? Fundamente. (Valor: 0,60)



Questão 3: padrão de resposta

ITEM A

Deverá ser alegado que não cabe o pagamento de indenização no caso de contratação provisória para substituição de empregado aposentado por invalidez, na forma do **Art. 475, § 2o, da CLT.**

ITEM B

Deverá ser interposto recurso de revista, pois a decisão viola texto de lei federal (CLT), conforme o **Art. 896, C, da CLT.**

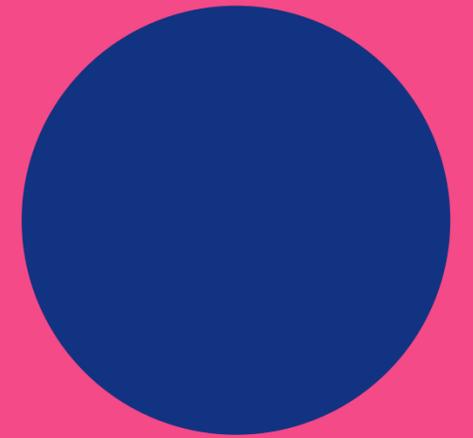
Questão 4:

O gerente de uma rede de restaurantes ajuizou reclamação trabalhista postulando o pagamento de horas extras pelo excesso de jornada e por não ter pausa alimentar regular. Disse o ex-empregado na petição inicial que se ativava na extensa jornada de segunda-feira a sábado, das 8h às 22h, com intervalo de apenas 30 minutos para refeição; que ganhava salário mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e comandava a loja, tendo por atribuições fiscalizar o funcionamento da empresa e os funcionários, fazer a escala de férias dos empregados e negociar com fornecedores, além de abrir e fechar a loja (pois tinha a chave da porta e a senha do alarme). O maior salário entre os seus subordinados era de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Diante da situação retratada e dos ditames da CLT, responda aos itens a seguir.

A) Caso você fosse contratado(a) pela empresa, que tese advogaria em juízo, em favor dela, contra o pedido de horas extras? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Se, no dia e na hora designados para a audiência uma, nenhuma das partes comparecer ou justificar sua ausência, de acordo com a CLT, o que ocorrerá com a reclamação trabalhista? Justifique. (Valor: 0,60)



Questão 4: padrão de resposta

ITEM A

A tese é a de que o empregado ocupa cargo de confiança, sem direito a horas extras, conforme o **Art. 62, inciso II, da CLT.**

ITEM B

A reclamação trabalhista será arquivada, o que equivale a uma extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do **Art. 844 da CLT.**

Obrigada pela atenção.

Até próxima aula!



BRENA BOMFIM

brenaksb@usp.br